

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

a exercer pressão inflacionária, reflexo da elevação do custo da mão de obra. Por outro lado, os preços regulados seguem atenuando esse movimento. Neste contexto, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) deu continuidade ao ciclo de aumento da taxa básica de juros (Selic), iniciado em abril de 2013, e na reunião de 15 de janeiro elevou a Selic para 10,5% a.a.. Esse movimento continua sendo refletido nas taxas cobradas pelos bancos. Em novembro, a taxa média cobrada no crédito à pessoa física com recursos livres foi de 38,5% a.a. frente aos 34,7% a.a. em novembro de 2012. O estoque de crédito avançou 14,5% nos doze meses encerrados em novembro, chegando ao patamar de R\$2,65 trilhões (55,6% do PIB). O crédito imobiliário, que cresce ao ritmo de 34,2% em doze meses, continua impulsionando o crédito e superando a expansão das demais modalidades.

O ambiente global ainda frágil tem pesado sobre as exportações brasileiras, que mostraram ligeira queda de 0,2% em 2013 em comparação com 2012. O crescimento das importações foi de 7,4% no mesmo período. Como resultado, o superávit comercial acumulou US\$2,5 bilhões no ano, muito abaixo dos US\$19,4 bilhões registrados em 2012. O déficit em transações correntes totalizou US\$81,1 bilhões, no acumulado de 12 meses até novembro de 2013, enquanto o total de investimentos estrangeiros diretos (IED) no mesmo período foi de US\$62,8 bilhões. A taxa de câmbio encerrou o ano de 2013 em R\$2,34/US\$, depois de passar por forte volatilidade em função de mudanças na política monetária dos Estados Unidos. A atuação do Bacen, através do programa de leilões de contratos de swap cambial, foi fundamental para controlar a volatilidade da taxa de câmbio.

Nas contas públicas, o fraco ritmo de atividade e as isenções tributárias têm pesado negativamente sobre a arrecadação, mas receitas extraordinárias garantiram o superávit primário de 2,2% do PIB nos 12 meses encerrados em novembro de 2013. No mesmo período, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 3,0% do PIB, pouco abaixo dos 3,3% observados em setembro de 2013. A dívida líquida do setor público alcançou 33,9% do PIB ao final de novembro, redução de 0,8 p.p. em relação a setembro de 2013. A dívida bruta alcançou, no mesmo período, 58,5% do PIB.

### Desempenho Econômico-Financeiro

A Santander Capitalização atingiu, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, um lucro líquido no

valor de R\$85 milhões (2012 - R\$117 milhões), patrimônio líquido de R\$192 milhões (31 de dezembro de 2012 - R\$272 milhões) e reservas técnicas de capitalização de R\$1.705 milhões (31 de dezembro de 2012 - R\$1.625 milhões).

### Política de Investimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 25%.

A Assembleia Geral poderá, de acordo com proposta da Diretoria Executiva, destinar à formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, poderá deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social; e/ou reter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Santander Capitalização. Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos.

### Perspectivas

A Santander Capitalização continuará expandindo seus negócios e mantendo sua forte atuação comercial, sempre com o contínuo foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operativos e na qualidade e solidez do balanço. A principal estratégia é o crescimento dos negócios através do lançamento de produtos inovadores que contribuam de maneira positiva com nossos clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de capitalização.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em nossa administração, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Santander Capitalização.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2014

**A Diretoria Executiva**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	31/12/2013		31/12/2012		Nota	31/12/2013		31/12/2012	
	Explicativa					Explicativa			
<b>Ativo Circulante</b>		<b>886.315</b>		<b>773.766</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>1.829.980</b>		<b>1.793.171</b>
<b>Disponível</b>	<b>4</b>	<b>9.526</b>		<b>3.335</b>	<b>Contas a Pagar</b>		<b>31.867</b>		<b>114.957</b>
Caixa e Bancos		9.526		3.335	Obrigações a Pagar		21.543		88.979
<b>Aplicações</b>	<b>5.a</b>	<b>861.185</b>		<b>765.127</b>	Impostos e Encargos Sociais				
Títulos de Renda Fixa		293.198		102.754	a Recolher		1.103		513
Cotas de Fundos de Investimentos		567.987		662.373	Impostos e Contribuições		9		7.415
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>15.604</b>		<b>5.304</b>	Outras Contas a Pagar		1.806		1.167
Títulos e Créditos a Receber		68		75	<b>Débitos de Operações com Capitalização</b>	<b>11</b>	<b>17.983</b>		<b>14.792</b>
Créditos Tributários e Previdenciários	<b>6</b>	<b>15.536</b>		<b>5.229</b>	Outros Débitos Operacionais		17.983		14.792
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>1.248.274</b>		<b>1.420.890</b>	<b>Depósitos de Terceiros</b>	<b>12</b>	<b>75.576</b>		<b>38.278</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>1.113.470</b>		<b>1.286.034</b>	<b>Provisões Técnicas - Capitalização</b>	<b>13</b>	<b>1.704.554</b>		<b>1.625.144</b>
<b>Aplicações</b>		<b>997.921</b>		<b>1.191.768</b>	Provisão para Resgates		1.676.375		1.585.500
Títulos de Renda Fixa	5.a	997.921		1.191.768	Provisão para Sorteio		25.687		22.909
Outras Aplicações	5.d	8.002		8.002	Outras Provisões		2.492		16.735
(-) Provisão para Desvalorização	5.d	(8.002)		(8.002)	<b>Passivo não Circulante</b>		<b>112.896</b>		<b>129.481</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>115.549</b>		<b>94.266</b>	<b>Contas a Pagar</b>		<b>763</b>		<b>763</b>
Créditos Tributários e Previdenciários	<b>6</b>	<b>20.255</b>		<b>13.014</b>	Tributos Diferidos	<b>21.d</b>	<b>763</b>		<b>28.541</b>
Depósitos Judiciais e Fiscais	<b>7</b>	<b>95.294</b>		<b>81.252</b>	<b>Outros Débitos</b>		<b>112.133</b>		<b>100.940</b>
<b>Investimentos</b>		<b>1.683</b>		<b>1.735</b>	Provisões Judiciais	<b>10.b</b>	<b>112.133</b>		<b>100.940</b>
Imóveis Destinados à Renda		1.670		1.722	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>14</b>	<b>191.713</b>		<b>272.004</b>
Imóveis Destinados à Renda		2.447		2.447	Capital Social		123.900		123.900
(-) Depreciação		(777)		(725)	Reservas de Lucros		88.747		113.575
<b>Outros Investimentos</b>		<b>13</b>		<b>13</b>	Ajuste de Avaliação Patrimonial		(20.934)		34.529
Outros Investimentos		1.085		1.085					
(-) Provisão para Desvalorização		(1.072)		(1.072)					
<b>Imobilizado</b>		<b>-</b>		<b>-</b>					
Bens Móveis		3		3					
(-) Depreciação		(3)		(3)					
<b>Intangível</b>	<b>8</b>	<b>133.121</b>		<b>133.121</b>					
Ágios de Incorporação		133.121		133.121					
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.134.589</b>		<b>2.194.656</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>2.134.589</b>		<b>2.194.656</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Reservas de Lucros			Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos			
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>123.900</b>	<b>23.782</b>	<b>97.077</b>	<b>6.616</b>	<b>-</b>	<b>251.375</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	27.913	-	27.913
Dividendos pagos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	14.b	-	(95.200)	-	-	(95.200)
Lucro Líquido	-	-	-	-	116.889	116.889
Destinações:						
Reserva Legal	-	997	-	-	(997)	-
Dividendos	14.b	-	-	-	(28.973)	(28.973)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	86.919	-	(86.919)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>123.900</b>	<b>24.779</b>	<b>88.796</b>	<b>34.529</b>	<b>-</b>	<b>272.004</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>123.900</b>	<b>24.779</b>	<b>88.796</b>	<b>34.529</b>	<b>-</b>	<b>272.004</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(55.463)	-	(55.463)
Dividendos pagos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	14.b	-	(88.795)	-	-	(88.795)
Lucro Líquido	-	-	-	-	85.289	85.289
Destinações:						
Dividendos	14.b	-	-	-	(21.322)	(21.322)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	63.967	-	(63.967)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>123.900</b>	<b>24.779</b>	<b>63.968</b>	<b>(20.934)</b>	<b>-</b>	<b>191.713</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### 1. Contexto Operacional

A Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização), controlada pela Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap), domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP, é uma instituição integrante do Conglomerado Santander e tem como objeto social a instituição e administração de planos de capitalização, pagos pelos portadores de seus títulos, visando a constituição de capitais garantidos, ao fim do prazo fixado no título respectivo, de acordo com a legislação vigente e notas técnicas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 24 de fevereiro de 2014.

### 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Capitalização foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras as normas internacionais de contabilidade prescritas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 464, de 1 de março de 2013, que produziu efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013, instituiu o novo plano de contas, a possibilidade de escolha entre o método direto ou indireto do fluxo de caixa e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

#### a) Estimativas Contábeis

Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Santander Capitalização na elaboração das Demonstrações Financeiras. A Santander Capitalização faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e as suposições requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos em detalhes na nota 3-e;
  - Provisão para riscos de créditos - constituída para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos a receber são discutidos em detalhes na nota 3-f;
  - Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros (incluindo ativos tangíveis, ágio e outros ativos intangíveis) são discutidos em detalhes na nota 3-i e j;
  - A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis são discutidos em detalhes na nota 3-i e j;
  - Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são discutidos em detalhes na nota 3-k;
  - Provisões Técnicas Capitalização são discutidos em detalhes na nota 3-l; e
  - Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos em detalhes na nota 3-n.
- As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:
- Mudanças nas taxas de juros;
  - Mudanças nos índices de inflação;
  - Regulamentação governamental e questões fiscais;
  - Processos ou disputas judiciais adversas;
  - Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;
  - Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
  - Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

### 3. Principais Práticas Contábeis

#### a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras da Santander Capitalização estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação destas demonstrações.

#### b) Apuração do Resultado

As receitas de capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de produtos de pagamento único (PU) ou da 1ª parcela de produto de pagamento mensal (PM) e recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou de pagamentos periódicos (PP). O reconhecimento das despesas da provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma de contabilização da receita.

#### c) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos "pro rata" dia. Os rendimentos e encargos prefixados são demonstrados como redução dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no circulante.

#### d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidade e outras aplicações com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e com risco insignificante de mudança de valor.

#### e) Avaliação de ativos e passivos financeiros

##### Definições e Classificação dos Instrumentos Financeiros

###### i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Santander Capitalização e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

###### ii. Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "Outros valores e bens" ou se forem referentes à "Caixa e equivalentes de caixa" e "Participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros não mantidos para negociação mensurados ao valor justo, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (divergências contábeis) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases

diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros, ou ambos, que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento.

Estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não subsidiárias, coligadas ou entidades de controle conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data do balanço.

- Investimentos mantidos até o vencimento: os títulos e valores mobiliários, para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os Passivos Financeiros da Santander Capitalização são incluídos para fins de mensuração na seguinte categoria:

- Passivo Financeiro ao custo amortizado: Passivos Financeiros, independentemente de sua forma e vencimento. Correspondem, basicamente, a dividendos e juros sobre capital próprio e provisões matemáticas para resgate - títulos de capitalização.

### iii. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Os "Empréstimos e recebíveis" e "Investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Santander Capitalização ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras.

### iv. Técnicas de Avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Santander Capitalização para apurar seu valor justo:

#### Cotações Publicadas Preço em Mercados Ativos (Nível 1)

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativos Financeiros para Negociação</b>	<b>567.987</b>	<b>662.372</b>
- Cotas de Fundos de Investimento	567.987	662.372
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para venda</b>	<b>1.291.119</b>	<b>1.294.523</b>
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	169.065	960.767
- Notas do Tesouro Nacional - NTN	623.500	498.554
- Letras do Tesouro Nacional - LTN	498.554	333.756
<b>Total</b>	<b>1.859.106</b>	<b>1.956.895</b>

</

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais, e acredita que, de forma agregada, não terão impactos significativos no resultado, fluxo de caixa ou condição financeira da Santander Capitalização.

**f) Provisões Técnicas**

Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualizada através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR).

Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título.

Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados e a provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos.

Provisão administrativa tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

Provisão de contingência é constituída para cobrir eventuais obrigações junto aos clientes.

**m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

**n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 21.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e pela Lei 11.941/2009 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

**o) Gestão de Capital**

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

A fim de gerir adequadamente o capital, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitas baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pela Santander Capitalização como referência para o plano de ações gerenciais necessários para atingir seus objetivos.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

**5. Aplicações**

**a) Composição por Classificação**

	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor de Custo Atualizado	Valor Mercado	% do Total	Valor de Custo Atualizado	Valor Mercado	% do Total
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>567.987</b>	<b>567.987</b>	<b>30,6%</b>	<b>662.373</b>	<b>662.373</b>	<b>33,8%</b>
<b>Títulos Privados</b>	<b>567.987</b>	<b>567.987</b>	<b>30,6%</b>	<b>662.373</b>	<b>662.373</b>	<b>33,8%</b>
<b>Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivos</b>	<b>567.987</b>	<b>567.987</b>	<b>30,6%</b>	<b>662.373</b>	<b>662.373</b>	<b>33,8%</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	568.009	568.009	30,6%	662.372	662.372	33,8%
Outros <sup>(1)</sup>	(22)	(22)	0,0%	1	1	0,0%
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>1.327.480</b>	<b>1.291.119</b>	<b>69,4%</b>	<b>1.251.773</b>	<b>1.294.522</b>	<b>66,2%</b>
<b>Títulos Privados</b>	<b>169.017</b>	<b>168.363</b>	<b>9,1%</b>	-	-	<b>0,0%</b>
Letras Financeiras - LFs	169.017	168.363	9,1%	-	-	0,0%
<b>Títulos Públicos</b>	<b>1.158.463</b>	<b>1.122.756</b>	<b>60,4%</b>	<b>1.251.773</b>	<b>1.294.522</b>	<b>66,2%</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	506.474	498.554	26,8%	333.755	333.755	17,1%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	702	702	0,0%	-	-	0,0%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	651.287	623.500	33,5%	918.018	960.767	49,1%
<b>Total</b>	<b>1.895.467</b>	<b>1.859.106</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.914.146</b>	<b>1.956.895</b>	<b>100,0%</b>
<b>Circulante</b>	<b>861.185</b>	-	-	<b>765.127</b>	-	-
<b>Não Circulante</b>	<b>997.921</b>	-	-	<b>1.191.768</b>	-	-

<sup>(1)</sup> Refere-se a valores a receber (pagar) dos Fundos de Investimentos Exclusivos.

A taxa média dos juros das aplicações em Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2013 era de 9,7% a.a. (em 31 de dezembro de 2012 era de 9,6% a.a.).

**b) Composição por Prazo de Vencimento**

	31/12/2013				
	Sem Vencimento	Até 1 Ano	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>567.987</b>	-	-	-	<b>567.987</b>
<b>Títulos Privados</b>	<b>567.987</b>	-	-	-	<b>567.987</b>
<b>Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivos</b>	<b>567.987</b>	-	-	-	<b>567.987</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	568.009	-	-	-	568.009
Outros <sup>(1)</sup>	(22)	-	-	-	(22)
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>-</b>	<b>293.198</b>	<b>417.185</b>	<b>580.736</b>	<b>1.291.119</b>
<b>Títulos Privados</b>	<b>-</b>	<b>168.363</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>168.363</b>
Letras Financeiras - LF	-	168.363	-	-	168.363
<b>Títulos Públicos</b>	<b>-</b>	<b>293.198</b>	<b>248.822</b>	<b>580.736</b>	<b>1.122.756</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	97.634	248.822	152.098	498.554
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	702	-	-	702
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	194.862	-	428.638	623.500
<b>Total</b>	<b>567.987</b>	<b>293.198</b>	<b>417.185</b>	<b>580.736</b>	<b>1.859.106</b>

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

**c) Movimentação das Aplicações**

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Saldo no Início do Exercício</b>	<b>1.956.895</b>	<b>1.953.160</b>
Aplicações	1.023.190	1.537.395
Vendas/Resgates	(1.193.799)	(1.755.392)
Atualizações Monetárias	72.820	221.732
<b>Saldo no Final do Exercício</b>	<b>1.859.106</b>	<b>1.956.895</b>

As outras aplicações registradas no realizável a longo prazo, referem-se a aplicações em incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, totalizavam R\$8.002, para as quais foram constituídas provisões para desvalorização no mesmo valor.

**e) Garantia das Provisões Técnicas**

As seguintes parcelas de ativos estão retidas e/ou vinculadas em garantia às provisões técnicas:

	31/12/2013	31/12/2012
Títulos de Renda Fixa	1.291.119	1.294.522
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivos	567.987	662.373
<b>Total</b>	<b>1.859.106</b>	<b>1.956.895</b>

Estes valores excedem o limite das provisões técnicas no montante de R\$154.552 (31 de dezembro de 2012 - R\$331.751).

**f) Instrumentos Financeiros Derivativos**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Santander Capitalização não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

**6. Créditos Tributários e Previdenciários**

	31/12/2013	31/12/2012
Créditos Tributários (Nota 21.a)	35.220	16.305
PIS e Cofins a Compensar	571	1.938
<b>Total</b>	<b>35.791</b>	<b>18.243</b>
<b>Circulante</b>	<b>15.536</b>	<b>5.229</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>20.255</b>	<b>13.014</b>

**7. Depósitos Judiciais e Fiscais**

	31/12/2013	31/12/2012
Fiscais	95.006	81.035
Cíveis	55	-
Outros	233	217
<b>Total - Não Circulante</b>	<b>95.294</b>	<b>81.252</b>

**8. Intangível**

Composto pelo ágio na aquisição da Real Capitalização no valor líquido de R\$133.121 (31 de dezembro de 2012 - R\$133.121), com vida útil - indefinida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso. Para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

O teste do valor recuperável do ágio foi realizado em 31 de dezembro de 2013, e baseado nas premissas descritas acima não foi identificada qualquer evidência de perda do valor recuperável em 2013 e 2012.

**Principais Premissas**

Fluxos de Caixa		
	31/12/2013	31/12/2012
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa <sup>(1)</sup>	5 Anos	10 anos
Taxa de Crescimento	3,5%	3,5%
Taxa de Desconto <sup>(2)</sup>	14,5%	13,2%

<sup>(1)</sup> As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

<sup>(2)</sup> A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

**9. Impostos e Contribuições**

	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de Renda	5.472	18.216
Contribuição Social	800	5.102
PIS e Cofins	1.143	960
<b>Total - Circulante</b>	<b>7.415</b>	<b>24.298</b>

**10. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**

**a) Ativos Contingentes**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

**b) Provisões Judiciais - Saldos Patrimoniais das Provisões para processos judiciais e administrativos e Obrigações Legais por Natureza**

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais <sup>(1)</sup>	112.112	100.940
<b>Provisão para Processos Judiciais e Administrativos</b>	<b>21</b>	<b>-</b>
<b>- Ações Trabalhistas e Cíveis</b>	<b>21</b>	<b>-</b>
Ações Cíveis	1	-
Ações Trabalhistas	20	-
<b>Total - Não Circulante</b>	<b>112.133</b>	<b>100.940</b>

<sup>(1)</sup> Inclui, substancialmente, obrigações legais.

**c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais, Administrativos e Obrigações Legais**

	31/12/2013			31/12/2012		
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
<b>Saldo Inicial</b>	<b>100.940</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>86.722</b>	<b>41</b>	<b>8</b>
Constituição Líquida de Reversão	11.433	1	25	14.218	(36)	(8)
Baixas por pagamento	(261)	-	(5)	-	(5)	-
<b>Saldo Final</b>	<b>112.112</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>100.940</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Depósitos em Garantia - Outros	-	-	-	-	-	-
Créditos <sup>(1)</sup>	74.207	3	-	61.297	-	-

<sup>(1)</sup> Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

**d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciárias**

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias são: Deducibilidade da CSLL no IRPJ - R\$32.266 (31 de dezembro de 2012 - R\$30.911); pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$79.556 (31 de dezembro de 2012 - R\$69.752): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As empresas de seguros privados e de capitalização estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%.

**e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível**

São ações judiciais relacionadas à cobrança de indenizações securitárias, por danos morais, lucros cessantes e danos emergentes.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

**f) Contingências Classificadas como Risco de Perda Possível**

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$23.965 em 31 de dezembro de 2013.

Não há ações com classificação de perda possível de natureza cível e trabalhista.

**11. Débitos de Operações com Capitalização**

Referem-se ao acordo operacional com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), que tem por objeto o rateio de despesas com comercialização, operacionalização e premiação dos títulos cuja contrapartida no resultado é a conta outras despesas operacionais. (Nota 22)

**12. Depósitos de Terceiros**

Registram os recursos relativos a títulos de capitalização vencidos e não resgatados, os quais se encontram dentro do prazo limite de prescrição.

**13. Movimentação das Provisões Técnicas**

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>1.625.144</b>	<b>1.722.667</b>
Constituição	924.047	772.137
Resgates	(938.576)	(963.376)
Atualizações Financeiras (Nota 19)	93.939	93.716
<b>Saldo Final - Circulante</b>	<b>1.704.554</b>	<b>1.625.144</b>

**14. Patrimônio Líquido**

**a) Capital Social**

O capital social autorizado e integralizado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é composto por, respectivamente, 64.615 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliadas no país.

**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em 31 de dezembro de 2013, foram provisionados dividendos no montante de R\$21.322 (R\$0,3300 para ações ordinárias, em reais por ação) atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2013.

Em março de 2013, foi aprovado o destaque e pagamento de dividendos no montante de R\$88.795, (R\$1,3742 em reais por ação ordinária) com base na reserva para equalização de dividendos.

Em dezembro de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, com base no balanço levantado em 30 de junho de 2012, no valor de R\$20.000 (R\$0,3095 em reais por ação ordinária), que serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2012 e divididos com base na conta de reserva para equalização de dividendos no valor de R\$60.000 (R\$0,9286 em reais por ação ordinária). Em 2012, foi apurado dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício no valor de R\$8.973 (R\$0,1389 em reais por ação).

Em março de 2012, foi aprovado o destaque e pagamento de dividendos no montante de R\$35.200, (R\$0,5448 em reais por ação ordinária) com base na reserva para equalização de dividendos.

**c) Reserva para Equalização de Dividendos**

Limitada a 50% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

**d) Lucro por ações**

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros conversíveis em ações.

**e) Patrimônio Líquido Ajustado**

O patrimônio líquido ajustado apresenta-se da seguinte forma em 31 de dezembro 2013 e 2012:

	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio Líquido	191.713	272.004
Exclusão:	-	-
Ativo Intangível	133.121	133.121
<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>58.592</b>	<b>138.883</b>

**f) Capital Mínimo Requerido**

	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio Líquido Ajustado	58.592	138.883
Capital Base	10.800	10.800
Capital Adicional Total <sup>(1) (2)</sup>	26.626	4.302
<b>Capital Mínimo Requerido</b>	<b>26.626</b>	<b>15.102</b>
<b>Suficiência</b>	<b>31.966</b>	<b>123.781</b>

<sup>(1)</sup> O saldo do Capital Adicional Total é um cálculo que utiliza o capital adicional de risco de subscrição, risco Operacional e risco de crédito conforme RESOLUÇÃO CNSP nº 282/13.

<sup>(2)</sup> Com base na resolução CNSP nº 282/13, o capital mínimo requerido é maior entre o capital base e o capital adicional, utilizado para a análise.

**15. Custo de Aquisição**

Refere-se, principalmente, a despesas de angariação.

**16. Outras Receitas (Despesas) Operacionais**

	01/01/a	01/01/a
	31/12/2013	31/12/2012
Receita com Resgates Antecipados de Títulos	15.439	53.216
Débitos de Operações de Capitalização	(216.387)	(199.408)
<b>Total</b>	<b>(200.948)</b>	<b>(146.192)</b>

**17. Despesas Administrativas - Diversas**

Refere-se, principalmente, a despesas com convênio operacional com o Banco Santander.

**18. Despesas com Tributos**

	01/01/a	01/01/a
	31/12/2013	31/12/2012
Cofins	11.393	17.783
PIS/Pasep	1.851	2.890
Taxa de Fiscalização da SUSEP	956	956
Outras	5	1
<b>Total</b>	<b>14.205</b>	<b>21.630</b>

## DIRETORIA EXECUTIVA

Amancio Acúrcio Gouveia

Patrícia Martins de Freitas de Oliveira

### Contador

Flaminio Oliveira Ferreira  
CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

### Atuário Responsável Técnico

Ricardo da Silva Santana - AIBA 2397

### Diretora Responsável Técnica

Patrícia Martins de Freitas de Oliveira

## PARECER ATUARIAL

Aos Administradores e Acionistas da  
Santander Capitalização S.A.  
São Paulo - SP

De acordo com a Circular SUSEP nº 272/2004 foi realizada a Avaliação Atuarial da carteira de títulos de capitalização da Santander Capitalização S.A. do ano de 2013.

O trabalho abrangeu a revisão das provisões técnicas constituídas pela Sociedade para a carteira de títulos de capitalização vigentes no período, conforme as respectivas condições contratuais.

A análise foi realizada por plano e consistiu em verificar, através de testes de consistências, se os montantes das provisões técnicas constituídas estão de acordo com o estabelecido pelas normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e Notas Técnicas Atuariais aprovadas por este órgão, de forma

São Paulo, 24 de fevereiro de 2014.

a refletir os compromissos técnicos com subscritores e titulares bem como atender ao equilíbrio atuarial da carteira.

Concluímos, em nossa opinião, que em 31 de dezembro de 2013 todos os aspectos relevantes no que diz respeito às práticas atuariais aplicáveis foram considerados e os valores contabilizados das provisões técnicas refletem adequadamente os compromissos assumidos.

### Ricardo da Silva Santana

Atuário Responsável Técnico - MTPS 2.397

### Patrícia Martins de Freitas de Oliveira

Diretora Responsável Técnica

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da  
Santander Capitalização S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2014

### DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

### Gilberto Bizerra de Souza

Contador  
CRC nº 1 RJ 076328/O-2